

3º Lugar

Panorama das Provisões e Passivos Contingentes das Empresas Brasileiras de Capital Aberto

Overview of Provisions and Contingent Liabilities of Brazilian Publicly Traded Companies

Artigo recebido em: 10/09/2021 e aceito em: 27/10/2021

Cassiane Gloria Ferreira Neves

Nova Iguaçu – RJ

Graduanda em Ciências Contábeis pela UFF-VR¹

cassianegloria15@gmail.com

Mariana Pereira Bonfim

São Gonçalo – RJ

Doutora em Ciências Contábeis pela UnB²

Professora do departamento de Ciências Contábeis da UFF/VR

marianabonfim@id.uff.br

RESUMO

Os investidores analisam a situação econômica e financeira de uma empresa antes da decisão de investimento, através das demonstrações contábeis, e observam, principalmente, suas provisões e passivos contingentes. Dada essa importância, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a composição das provisões e dos passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto referente ao ano de 2019. Para isso, foram analisadas as demonstrações contábeis e notas explicativas de 391 empresas, segregando as provisões e passivos contingentes em trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais. Os resultados encontrados mostram que a maior parte das empresas brasileiras divulgam algum tipo de contingência. No período estudado, as empresas divulgaram provisões trabalhistas, contudo, os maiores montantes se referem a provisões cíveis. Os setores que mais divulgaram provisões foram os químicos e de energia elétrica, contudo, o teste de Kruskal-Wallis não identificou significância estatística, demonstrando que o setor onde a empresa atua não é determinante para o reconhecimento de provisões. Já sobre os passivos contingentes, os montantes divulgados foram substancialmente maiores que os das provisões e destacam-se as contingências tributárias e o setor financeiro como os mais predominantes. De forma prática, este trabalho contribui para o entendimento das provisões e passivos contingentes das companhias brasileiras, auxiliando os usuários na tomada de decisão.

Palavras-chave: Provisão, Passivo Contingente, Contingências.

ABSTRACT

Before making an investment decision, investors analyze the economic and financial situation of a company through financial statements, observing its provisions and contingent liabilities. This research sought to analyze the composition of provisions and contingent liabilities of Brazilian publicly traded companies for 2019. To this end, the financial statements and explanatory notes of 391 companies were analyzed, segregating provisions and contingent liabilities into labor, tax, civil, and environmental. The results show that most Brazilian companies disclose some type of contingency. Despite disclosing labor provisions in the period studied, most provisions refer to the civil scope. The chemical and electrical sectors were the ones to disclose the greatest amount of provisions, although not statistically significant according

the Kruskal-Wallis, indicating that the sector is not decisive for recognizing provisions. The amounts of disclosed contingent liabilities were substantially higher than those of provisions, with tax contingencies and the financial sector being the most prevalent. This work contributes to the understanding of the provisions and contingent liabilities of Brazilian companies, supporting users in decision-making.

Keywords: Provisions, Contingent Liabilities, Contingencies.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ferramenta importante nas empresas e nos negócios, pois através dela é possível manter uma organização financeira adequada de modo que usuários externos consigam compreender a real situação da empresa em determinado momento. Devido à sua importância, ela precisa ser transparente e mais padronizada possível, pois uma contabilidade clara de suas informações fornece mais confiança para a realização de investimentos e se previne contra possíveis fraudes.

A fim de contribuir para essa padronização, o *International Accounting Standards Board* (IASB) desenvolve normas únicas de contabilidade, visando uma compreensibilidade global. A adoção dessas normas internacionais de contabilidade no Brasil iniciou-se em 2007, por meio da Lei nº 11.638 (BRASIL, 2007), que alterou dispositivos da Lei nº 6.404/76 (BRASIL, 1976). Por meio da referida lei, as empresas deveriam adotar um novo padrão contábil no qual investidores estrangeiros seriam capazes de mensurar o real desempenho e situação financeira da empresa, sem distorções.

Para auxiliar no processo de internacionalização, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.055/05, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Através da união de diversos órgãos de interesse, o CPC foi criado com a finalidade de emitir pronunciamentos, orientações e interpretações para auxiliar na convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais (CFC, 2005).

Dentre os pronunciamentos já emitidos, destaca-se o CPC 25 que trata das provisões, ativos e passivos contingentes. As provisões podem ser entendidas como “passivos de prazo e valor incertos” (CPC, 2009, p. 4) e a principal diferença com relação aos passivos contingentes se dá na probabilidade de saída de recursos: a empresa deve fazer uma estimativa para saber se a saída de recursos é provável, possível ou remota, pois, de acordo com tais estimativas, o tratamento contábil será diferente.

Se a probabilidade de saída de recursos for provável, a transação é considerada uma provisão, portanto, contabilizada no Balanço Patrimonial; caso seja possível, considera-se como um passivo contingente e apenas a divulgação em notas explicativas é exigida. E caso a estimativa seja remota, nenhuma contabilização nem divulgação são requeridas. Além disso, para ser considerada provável, a transação deve ser mensurada com estimativas confiáveis.

Diante do exposto, periodicamente as companhias brasileiras devem avaliar seus litígios com o objetivo de contabilizá-los corretamente. Apesar do ambiente de negócios atual sofrer constantes ameaças de litígios (HENNES, 2014), os usuários das demonstrações contábeis se queixam, constantemente, de que as divulgações existentes são insuficientes (FASB, 2007, p. 1). Com base nesse contexto de internacionalização da contabilidade, surge o seguinte problema de pesquisa: Como são compostas as provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto?

¹ Universidade Federal Fluminense – Volta Redonda – RJ – CEP 27213-145.

² Universidade de Brasília – Brasília – DF – CEP 70910-900.

O objetivo deste estudo é analisar a composição das provisões e dos passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto através da análise dos demonstrativos das empresas listadas na Bolsa, Balcão (B3) no ano de 2019. Os investidores comumente estudam a empresa na qual desejam investir, com isso, observam seus demonstrativos contábeis para compreender suas provisões e passivos contingentes, e saber como as mesmas são compostas (NEVES et al., 2012). Com base nesta afirmação, se torna importante entender como esses elementos são formados e quais são suas características.

A pesquisa realizada por Balduino e Borba (2015), com empresas que publicam seus demonstrativos na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), mostrou que o Brasil evidenciou mais contingências se comparadas com companhias chinesas e inglesas. Esse resultado pode significar uma maior transparência das empresas brasileiras, contudo, dado o grande destaque das contingências tributárias, essa diferença pode ser explicada devido à existência de normas tributárias excessivas, complexas e o constante embate entre fisco e empresas. A maior parte das contingências tributárias pesquisadas foram provenientes de autos de infração onde a empresa contestou o fisco em relação à tributação. Dada a contabilização como passivos contingentes, a empresa acredita que não vencerão os autos de infração (BALDUINO; BORBA, 2015).

Este estudo contribui para a literatura contábil de modo que traz um panorama a respeito das provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras. As pesquisas já realizadas sobre o assunto recortam setores do mercado (CUNHA; RIBEIRO, 2016; SOUSA, 2019); ou tratam sobre contingências específicas, como as tributárias (ALVES; CAMPAGNONI, 2021) e as ambientais (LEAL et al., 2018; SILVA; ARAÚJO; SANTOS, 2018); ou relacionam essas divulgações com o valor de mercado das empresas (PINTO et al., 2014). Esta pesquisa se diferencia das demais, pois fornece um panorama abrangente, buscando evidenciar as características de todas as provisões e passivos contingentes divulgados pelas companhias, de uma maneira geral.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Após a promulgação da Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 594, em 2009, passou a ser obrigatória a aplicação do CPC 25 nas companhias abertas brasileiras. Por esse motivo, as empresas devem realizar o cálculo da probabilidade de saída de recursos das contingências existentes (CVM, 2009).

De acordo com o CPC 25 (2009), provisões e passivos contingentes são diferentes, por isso, também são contabilizados de maneira divergente. As provisões são divulgadas no Balanço Patrimonial caso exista uma estimativa confiável e que seja provável uma saída de recursos do passivo, enquanto o passivo contingente é apenas divulgado em notas explicativas, não sendo necessária sua contabilização.

Com relação à probabilidade de saída de recursos, há três possíveis estimativas: provável, possível ou remota. Caso a administração da empresa julgue a existência de uma provável saída de recursos, o passivo é considerado uma provisão, portanto, contabilizado nas demonstrações contábeis. Se for identificado que é apenas possível, não há necessidade de contabilização, sendo exigido apenas sua divulgação em notas explicativas. Por fim, se for considerada remota, nenhuma contabilização ou divulgação é exigida.

Para que um passivo seja considerado uma provisão, deve cumprir três condições para que essa seja reconhecida:

- a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação (CPC 25, p. 5).

Ainda que o passivo atenda os itens a e b da referida norma, se não houver uma estimativa confiável ele será considerado um passivo contingente sem a probabilidade de ser uma provisão, tendo em consideração que uma provisão deve ser estimada com confiabilidade. Importante ressaltar que a não contabilização de um passivo contingente se deve, principalmente, a sua incerteza, tanto na expectativa de saída de recursos da companhia quanto de mensuração. Por isso, a necessidade de divulgação em notas explicativas é exigida, pois, caso haja modificação nas probabilidades, os investidores já estão cientes dos possíveis impactos.

Dessa forma, a correta contabilização das contingências por parte das companhias se mostra de suma importância para o entendimento do negócio. A divulgação das informações é uma ferramenta útil para os usuários da contabilidade, considerando que ela é um meio de avaliação do negócio por usuários internos e externos.

O *disclosure* é uma ferramenta indispensável nas entidades, seja ela realizada de forma legal ou voluntária. Sabe-se que a realização do *disclosure* voluntário aumenta a confiabilidade sobre tal entidade, levando em consideração a transparência que esta ação fornece quanto à situação que a entidade se encontra (KLANN; BEUREN, 2011). Verrecchia (2001) trata sobre a Teoria da Divulgação e destaca que as pesquisas relacionadas a esse assunto podem ser divididas em três categorias: divulgação baseada em associação (*association-based disclosure*), divulgação baseada em julgamento (*discretionary-based disclosure*) e divulgação baseada em eficiência (*efficiency-based disclosure*). As pesquisas elencadas como baseadas em associação estudam os efeitos do *disclosure* em outras métricas da companhia, como mudanças nos preços ou no volume de negócios.

A divulgação baseada em julgamento observa como os administradores e/ou as empresas influenciam nos dados reportados, por exemplo, os impactos das escolhas contábeis. Por fim, a divulgação baseada em eficiência discute quais informações são preferidas e mais eficientes de serem divulgadas ao mercado, já que há uma ausência de conhecimento antecipado da informação. Essa pesquisa se enquadra na divulgação baseada em julgamento, já que analisará a composição das provisões e passivos contingentes publicados pelas empresas de capital aberto.

Segundo o CPC 25 (2009, p. 15), as companhias precisam divulgar as seguintes informações a respeito as provisões:

- a) o valor contábil no início e no fim do período;
- b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumento nas provisões existentes;
- c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período;
- d) valores não utilizados revertidos durante o período; e
- e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem de tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

Além disso, também é necessário que a companhia divulgue uma breve descrição da natureza provisão, bem como o tempo esperado para a saída dos recursos e quaisquer reembolsos esperados (CPC, 2009). Já com relação aos passivos contingentes, uma descrição dos eventos também é requerida e, quando aplicável, devem ser divulgados (CPC, 2009, p. 15):

- a) a estimativa do seu efeito financeiro [...];
- b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e
- c) a possibilidade de qualquer reembolso.

Diferentes pesquisadores já se debruçaram sobre o tema na tentativa de compreender melhor a composição desses elementos e seus impactos nas demonstrações contábeis. O Quadro 1 sintetiza alguns estudos realizados sobre o tema:

Quadro 1: Estudos anteriores sobre provisões e passivos contingentes

Autores	Pesquisas anteriores
Baldoino e Borba (2015)	Através da análise das contingências de 102 empresas da NYSE, os autores identificaram que a teoria de Gray é a única hipótese, das testadas na pesquisa, estatisticamente significativa. Verificou-se também que as empresas brasileiras tendem a evidenciar mais contingências que as demais, e que as contingências ambientais são mais relevantes nas empresas do setor de petróleo e gás.
Cunha e Ribeiro (2016)	Este estudo teve por objetivo observar a evolução das divulgações de provisões e passivos contingentes ambientais no Brasil e nos Estados Unidos. A maioria das empresas não divulgam além do obrigatório; ademais, as empresas brasileiras também não estavam divulgando como exige o CPC 25.
Silva, Araújo e Santos (2018)	Os resultados da pesquisa apresentam que as empresas mais rentáveis não são necessariamente aquelas que mais divulgam informações sobre provisões e passivos contingentes ambientais. Tal resultado contraria o argumento de que as empresas mais rentáveis tendem a divulgar mais informações do que aquelas menos rentáveis, justamente para se diferenciar delas.
Leal et al. (2018)	Os autores evidenciaram os fatores influenciadores do nível de divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais. Apesar de no Brasil não ser obrigatória a divulgação ambiental, muitas empresas fornecem essas informações, o que é bem-visto pelos investidores.
Rosa e Souza (2019)	As autoras analisaram a representatividade e o nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras. Com esta pesquisa, notou-se que o grau de representatividade dos passivos contingentes fiscais é maior que a representatividade de provisionamentos fiscais, o que se justifica pelos processos judiciais. Notou-se também que quanto maior o prejuízo fiscal, menor sua evidenciação e transparência nas demonstrações
Alves e Campagnoni (2021)	Os resultados da pesquisa apontaram que as empresas que adotaram o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) apresentaram contingências duas vezes maiores do que as que não aderiram ao programa.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Todos os trabalhos citados auxiliam na compreensão da divulgação das provisões e passivos contingentes por parte das empresas brasileiras, contudo, é possível perceber que estas pesquisas realizam recortes em setores específicos ou em categorias de litígios. Com este estudo, foi possível visualizar as informações de forma mais abrangente, englobando todos os setores da B3 e todas as categorias de litígios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de atender ao objetivo da pesquisa, foram analisados os Balanços Patrimoniais e as Notas Explicativas de todas as empresas da B3, referente ao exercício de 2019. No total, 399 companhias foram verificadas, contudo, a amostra final compreendeu 391 empresas, pois 8 delas precisaram ser retiradas em decorrência de não possuírem todas as informações necessárias.

Desse modo, as 391 companhias foram analisadas visando identificar seu montante em passivos totais, circulantes, não circulantes e o seu patrimônio líquido. As notas explicativas também foram foco de análise para observar os montantes de suas provisões e passivos contingentes. O Quadro 2 separa as 391 empresas analisadas por 17 setores diferentes de atuação e demonstra a quantidade de empresas presentes em cada setor:

Quadro 2: Quantidade de empresas por setor

Setores	Quantidade de empresas
Financeiro	77
Energia Elétrica	57
Outros	45
Transportes	42
Construção Civil e Engenharia	33
Agropecuária e Alimentos	22
Tecidos, Vestuário e Calçados	18
Comércio	15
Siderurgia e Metalurgia	12
Saúde	11
Máquinas e Equipamentos	10
Água, Saneamento e Gás	9

Quadro 2: continuação...

Setores	Quantidade de empresas
Petróleo e Biocombustíveis	9
Viagens e Lazer	9
Químicos	7
Tecnologia da Informação	7
Comunicações	5
Mineração	3
Total	391

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Através do Quadro 2 é possível observar a predominância dos setores financeiro e de energia elétrica, representando cerca de 35% da amostra estudada. O setor que a empresa está inserida pode exercer influência nas contingências da companhia, pois cada setor está exposto a um tipo diferente de risco operacional.

Para o cálculo da significância financeira das provisões nas empresas, foi utilizado o índice calculado através da divisão das contingências pelo patrimônio líquido. A importância desse índice se dá pois, por meio dele, é possível identificar a relação entre as empresas de forma mais precisa do que através dos valores absolutos (BALDOINO; BORBA, 2015).

Adicionalmente, foi realizado o teste estatístico não paramétrico de Kruskal-Wallis para verificar a existência de diferenças entre os setores. O teste de Kruskal-Wallis analisa se as diferenças entre as médias são ou não estatisticamente significativas (SIEGEL; CASTELLAN, 1988; GIBBONS, 1993). Para a realização do teste, foi utilizado o *software SPSS® Statistics 20.0.0*.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Através da análise do Balanço Patrimonial e das notas explicativas das 391 empresas que compõem a amostra da pesquisa, as contingências foram classificadas em quatro categorias: ambientais, cíveis, tributárias e trabalhistas. Das 391 empresas analisadas, 97 não divulgaram nenhum tipo de provisão e 160 não divulgaram nenhum passivo contingente, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de empresas que não divulgaram contingências

Setores	Sem provisões	% no setor	Sem passivos contingentes	% no setor
Financeiro	28	36%	35	45%
Energia Elétrica	9	16%	12	21%
Transportes	24	53%	32	71%
Outros	8	19%	12	29%
Construção Civil e Engenharia	8	24%	14	42%
Agropecuária e Alimentos	4	18%	12	55%
Tecidos, Vestuário e Calçados	6	33%	7	39%
Comércio	-	0%	6	40%
Máquinas e Equipamentos	-	0%	3	25%
Saúde	2	18%	5	45%
Viagens e Lazer	-	0%	4	40%
Água, Saneamento e Gás	1	11%	3	33%
Petróleo e Biocombustíveis	2	22%	3	33%
Químicos	1	11%	4	44%
Tecnologia da Informação	-	0%	2	29%
Comunicações	3	43%	3	43%
Siderurgia e Metalurgia	1	20%	3	60%
Mineração	-	0%	-	0%
Total	97		160	

Fonte: Elaborada pelas autoras.

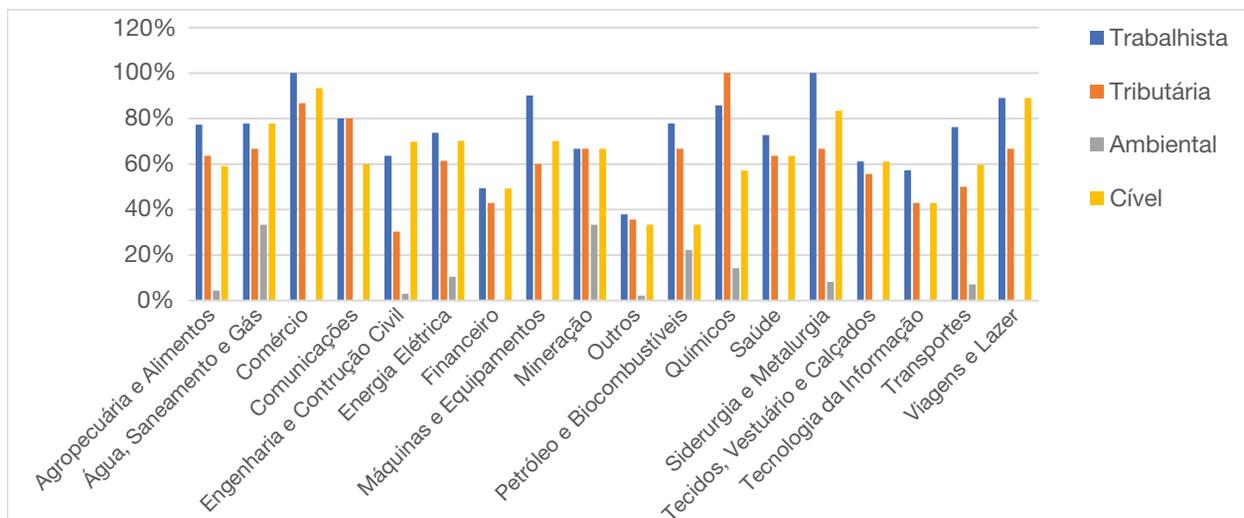
Os dados presentes na Tabela 1 demonstram que cerca de 25% das empresas de capital aberto no Brasil não contabilizaram nenhum tipo de provisão, o que é corroborado pela pesquisa de Balduino e Borba (2015), que identifica que o contexto brasileiro é marcado pela existência de mais contingências, se comparado com companhias chinesas e inglesas. Analisando separadamente, destacam-se os setores outros (53%), tecnologia da informação (43%) e financeiro (36%) com mais empresas sem divulgar nenhuma provisão, proporcionalmente. Já com relação aos passivos contingentes, os setores que menos

divulgaram foram outros (71%), comunicações (60%) e agropecuária e alimentos (55%). Observa-se, portanto, que a maior parte das empresas brasileiras divulgam contingências em suas demonstrações contábeis.

4.1 Provisões

Com relação às provisões, ou seja, aquelas que foram contabilizadas como uma obrigação a pagar das companhias, o Gráfico 1 traz a distribuição por setor.

Gráfico 1: Distribuição das provisões por setor



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Através do Gráfico 1 é possível analisar que 260 empresas da amostra contabilizaram algum tipo de provisão trabalhista, 233 provisões cíveis, 207 provisões tributárias e apenas 20 informaram sobre provisões ambientais, dado corroborado por Balduino e Borba (2015) que mostraram que as contingências ambientais na América Latina são insignificantes.

Com relação às provisões trabalhistas, os setores em destaque foram os de siderurgia e metalurgia e comércio, com todas as empresas divulgando ao menos uma provisão desse tipo. Esse fato pode ser explicado pela alta empregabilidade desses setores, como demonstra o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

(CAGED, 2019): um dos setores que mais empregou em 2019, ano dos dados dessa pesquisa, foi o de comércio.

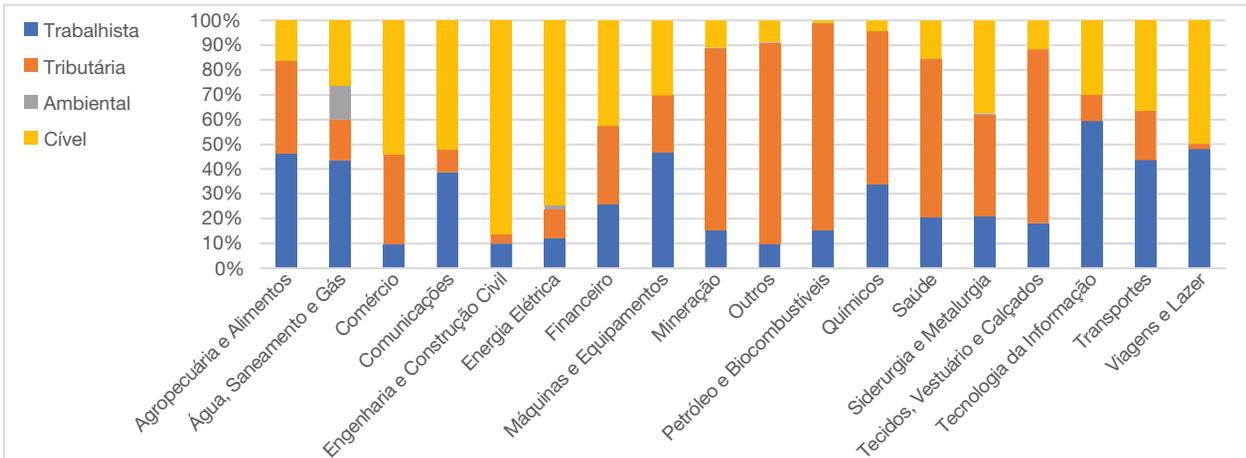
A respeito das contingências cíveis, mais uma vez o setor de comércio se destaca, com 93% das empresas do setor apresentando algum tipo de provisão, em seguida, viagens e lazer, com 89%. Já com relação às provisões tributárias, ressalta-se o setor químico, onde todas as empresas divulgaram alguma provisão desse tipo, novamente seguido pelo comércio (87%) e o setor de comunicações (80%).

Com relação às provisões ambientais, as empresas de água e saneamento, mineração e petróleo e biocombustíveis foram as que mais

publicaram, proporcionalmente à quantidade de empresas do setor. Balduino e Borba (2015) também encontraram predominância de provisões ambientais no setor de petróleo e gás, especialmente em decorrência de multas ambientais e processos envolvendo poluição aquática.

Em termos monetários, o montante registrado de provisão pelas empresas atuantes na B3 em 2019 foi de R\$ 102.215.012, o que corresponde a uma significância financeira de 3,8%, demonstrando o quanto as provisões representam financeiramente para as empresas da amostra. O Gráfico 2 apresenta os tipos de provisão por cada setor.

Gráfico 2: Distribuição dos tipos de provisões por setor



Fonte: Elaborado pelas autoras.

É possível perceber altos valores de provisões tributárias nos setores de petróleo e de biocombustíveis e mineração, setores notadamente reconhecidos pela sua carga tributária em torno de 40%, maiores do que a média do país (TINOCO et al., 2011).

Com relação às provisões ambientais, 93% dos valores apresentados se referem aos setores de energia elétrica e água e de gás e saneamento, consideradas companhias com médio nível poluidor, de acordo com a Lei nº 10.165/2000 (BRASIL, 2000). Esse fator se deve, especialmente, em decorrência das atividades potencialmente poluidoras que exercem e por utilizarem recursos naturais (CUNHA; RIBEIRO, 2016).

Para identificar a significância financeira das provisões em cada setor pesquisado, foi realizada a divisão das provisões pelo patrimônio líquido das empresas do setor. A Tabela 2 evidencia esses dados:

Tabela 2: Significância financeira das provisões por setor

Setores	Significância Financeira
Químicos	15%
Energia Elétrica	12%
Outros	6%
Financeiro	6%
Tecidos, Vestuário e Calçados	5%
Água, Saneamento e Gás	5%
Tecnologia da Informação	5%
Comunicações	4%
Transportes	4%
Agropecuária e Alimentos	4%
Viagens e Lazer	3%
Siderurgia e Metalurgia	2%
Saúde	1%

Tabela 2: continuação...

Setores	Significância Financeira
Máquinas e Equipamentos	1%
Comércio	1%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0%
Mineração	0%
Construção Civil e Engenharia	-5%

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Dos setores que apresentaram a maior significância financeira, a área de químicos traz os maiores valores de provisões concentrados na área tributária (62%); já com relação à energia elétrica, as provisões cíveis são as mais representativas, com 74%, o que pode configurar os processos dos consumidores acerca da prestação desse serviço. O valor negativo para o setor de Construção Civil e Engenharia se dá em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo para o ano pesquisado.

Figura 1: Output SPSS – teste de Kruskal-Wallis

Test Statistics ^{a,b}		
	SIG	
Chi-Square	17,000	a. Kruskal Wallis Test
df	17	
Asymp. Sig.	,454	b. Grouping Variable: SETOR

Fonte: Elaborada pelas autoras.

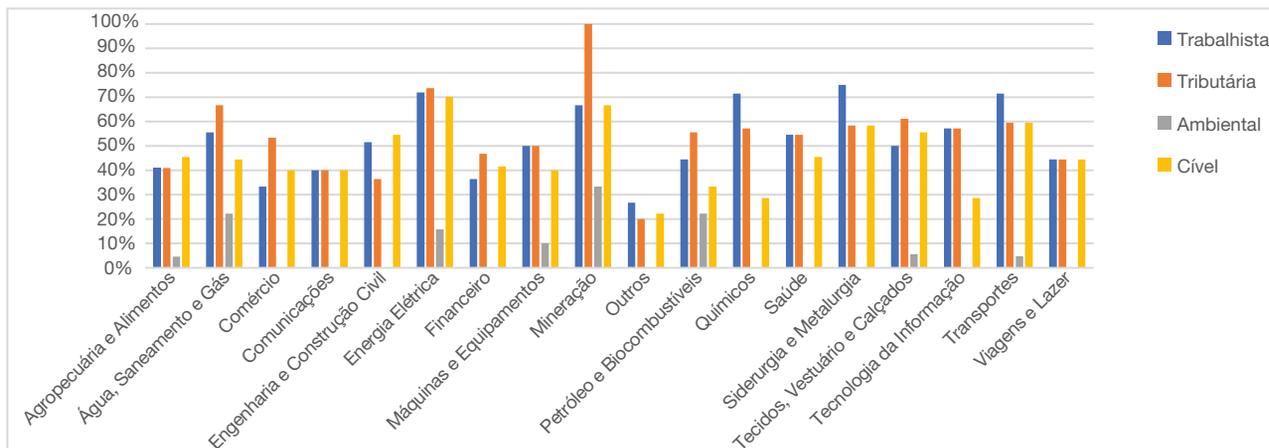
Após a análise do teste de Kruskal-Wallis, as significâncias entre os setores não foram consideradas estatisticamente diferentes, ou seja, o setor onde uma empresa atua não é um fator que influencia no reconhecimento e mensuração das contingências, conforme pode ser visualizado na Figura 1. Essa não confirmação pelo setor também foi identificada no trabalho de Balduino e Borba (2015).

4.2 Passivos Contingentes

Sobre os passivos contingentes, os dados da distribuição por setor podem ser visualizados no Gráfico 3.

Os passivos contingentes são os litígios que ainda possuem uma probabilidade possível de perda, logo, não são contabilizados, somente divulgados em notas explicativas. Nesse item, o setor de energia elétrica se sobressai dos demais apresentando um alto número de empresas com passivos contingentes, em todas as categorias. Assim como nas provisões, muitas companhias de siderurgia e metalurgia também expõem passivos contingentes trabalhistas, somando 75% delas. Também semelhante às provisões, o setor de petróleo e bio-combustíveis, água e saneamento e mineração também apresentam a maior quantidade de empresas com passivos contingentes ambientais.

Gráfico 3: Distribuição dos passivos contingentes por setor



Fonte: Elaborado pelas autoras.

No que concerne aos montantes monetários, foi divulgado um valor de R\$ 705.103.455, bem acima do registrado nos demonstrativos contábeis das empresas como provisões. Destaca-se o setor financeiro, responsável por mais de 55% dos passivos contingentes evidenciados pelas empresas da B3, concentrados predominantemente em contingências trabalhistas e tributárias.

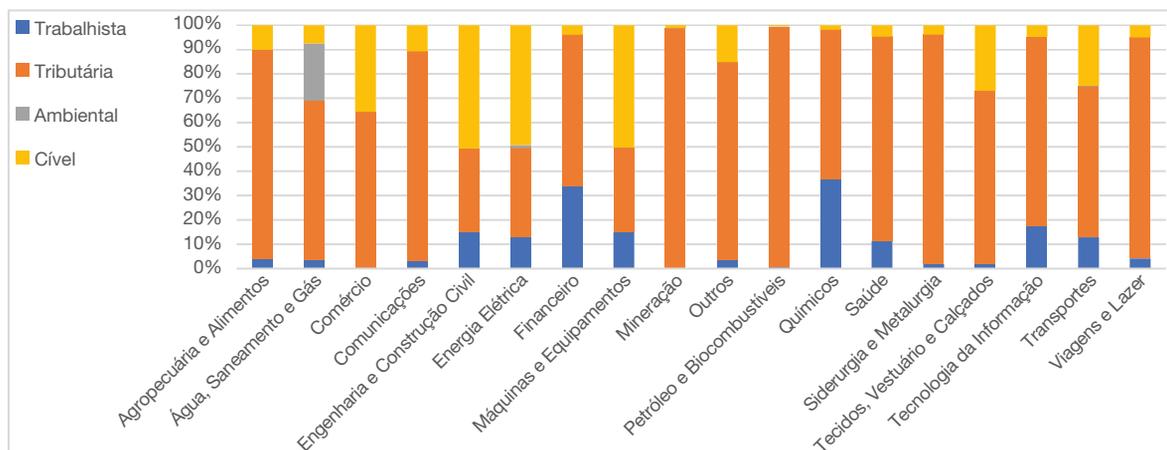
O Gráfico 4 mostra a representatividade dos passivos contingentes por setor.

Diferente das provisões, o maior montante divulgados dos passivos contingentes são predominantemente oriundos de processos tributários (63%), o que é corroborado com os achados de Balduino e Borba (2015) que, dentre os países pesquisados, o Brasil se

sobressaiu como o que mais apresenta contingências tributárias. Destaca-se, portanto, o setor de mineração, no qual 99% dos valores divulgados como passivos contingentes são provenientes de litígios tributários. Ressalta-se também os setores de agropecuária e alimentos e de viagens e comunicações com altos montantes de contingências tributárias.

Assim como nas provisões, 84% dos valores de passivos contingentes ambientais foram publicados por empresas do setor de água, saneamento e gás, já evidenciado como um importante poluidor do meio ambiente. Destaca-se também o setor financeiro com relação aos passivos contingentes trabalhistas, representando 89% dos montantes divulgados nessa rubrica.

Gráfico 4: Distribuição dos tipos de passivos contingentes por setor



Fonte: Elaborado pelas autoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de analisar a composição das provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras de capital aberto, foram analisadas as demonstrações contábeis e as notas explicativas de 391 empresas, referente ao ano de 2019. As provisões e os passivos contingentes foram classificados, de acordo com suas características, em trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais.

Foi possível constatar que a maior parte das empresas brasileiras divulgam algum tipo de provisão ou passivo contingente em seus relatórios. Com relação às provisões, a maior quantidade divulgada refere-se a provisões trabalhistas, seguida de cíveis, tributárias e ambientais. Como identificado em pesquisas anteriores (BALDOINO; BORBA, 2015), as contingências ambientais não são significativas nos países da América Latina. Já em termos monetários, destacam-se as provisões cíveis com os maiores montantes, seguidas das tributárias, trabalhistas e ambientais.

Analisando pela significância financeira, percebeu-se que os setores com maiores montantes de provisões são os químicos e energia elétrica, contudo, através da não significância do teste estatístico de Kruskal-Wallis, o setor no qual a empresa atua não é um fator determinante para o reconhecimento das provisões.

Já com relação aos passivos contingentes, os valores divulgados nessa rubrica são substancialmente maiores do que os registrados nos Balanços Patrimoniais como provisões, destacando-se o setor

financeiro, responsável por mais da metade dos montantes de passivos contingentes de todas as empresas da B3. Diferente das provisões, os passivos contingentes tributários foram predominantes nas companhias pesquisadas, fato também corroborado pela pesquisa de Balduino e Borba (2015).

Como limitação da pesquisa, ressalta-se que os dados coletados na amostra são referentes ao exercício de 2019, portanto, os mesmos não podem ser extrapolados para exercícios seguintes. Além disso, em virtude da pandemia da Covid-19 instaurada no mundo a partir do ano de 2020, algumas características das provisões e dos passivos contingentes podem ser alteradas, o que não foi abarcado por essa pesquisa.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar os anos pesquisados na amostra para que seja possível traçar um panorama maior da composição das provisões e passivos contingentes das empresas brasileiras. Além disso, os dados encontrados nesta pesquisa podem ser comparados com outros países a fim de identificar a existência de características regionais no reconhecimento e na mensuração das contingências.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela concessão de bolsa de iniciação científica (PIBIC) para a execução do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D. B.; CAMPAGNONI, M. Parcelamento tributário e endividamento com provisões e contingências em empresas de relevância nacional. *Contabilometria*, Monte Carmelo, v. 8, n. 2, jul./dez. 2021.
- BALDOINO, E.; BORBA, J. A. Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 9, n. 23, p. 58-81, 2015.
- BRASIL. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <https://bit.ly/3r9jzKn>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000*. Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3p2EVQd>. Acesso em: 22 jul. 2021.
- BRASIL. *Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <https://bit.ly/3HVGaQJ>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- CAGED - CADAstro GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Disponível em <https://bit.ly/3p1DRZ> Acesso em: 13 jul. 2021.
- CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução CFC nº 1.055, de 7 de outubro de 2005*. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3FP3qhh>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 25*. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3nRKSab>. Acesso em: 14 ago. 2020.
- CUNHA, L. M. S.; RIBEIRO, M. S. A divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica em comparação ao desenvolvimento da normatização da evidência contábil. *Revista Universo Contábil*, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 86-106, dez. 2016.
- CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009*. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Disponível em: <https://bit.ly/3r8fLsZ>. Acesso em: 02 set. 2020.
- FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Accounting for Contingencies*. Board Meeting Handout, Norwalk, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3rc31S1>. Acesso em: 02 set. 2020.
- GIBBONS, J. D. (Ed.). *Nonparametric Statistics: An introduction*. Newbury Park, CA: Sage, 1993.
- HENNES, K. M. Disclosure of contingent legal liabilities. *Journal Accounting Public Policy*, v. 33, p. 32-50, 2014.
- KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. Características de empresas que influenciam o seu disclosure voluntário de indicadores de desempenho. *BBR-Brazilian Business Review*, Vitória, ES, v. 8, n. 2, p. 96-118, abr./jun. 2011.
- LEAL, P. H.; COSTA, B. M. N.; OLIVEIRA, M. C.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais sob a ótica da teoria institucional. *Enfoque: Reflexão Contábil*, Maringá, v. 37, n. 3, p. 37-54, set./dez. 2018.
- NEVES, T. J. G.; LAGIOIA, U. C. T.; LIBONATI, J. J.; NASCIMENTO, S. G. O. A. S. Utilidade dos Relatórios Contábeis após a Implantação das Normas Internacionais de Contabilidade: Um Estudo Sobre a Visão dos Investidores. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, v. 3, n. 1, 2012.
- PINTO, A. F.; AVELAR, B.; FONSECA, K. B. C.; SILVA, M. B. A.; COSTA, P. S. Value relevance da evidência de provisões e passivos contingentes. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, set./dez. 2014.
- ROSA, B. B.; SOUZA, M. M. Representatividade e nível de evidência das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras. *Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep*, v. 6, n. 1, p. 16-33, jan./jun. 2019.
- SIEGEL, S.; CASTELLAN, N. J. *Nonparametric Statistics for the Behavioral Sciences*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1988.
- SILVA, A. F. P.; ARAÚJO, R. A. M.; SANTOS, L. M. S. Relação da rentabilidade e o disclosure de provisões e passivos contingentes ambientais das empresas de alto potencial poluidor listadas na B3. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, v. 17, n. 52, p. 101-118, set./dez. 2018.
- SOUZA, F. C. CPC 25/IAS 37: evidência dos ganhos contingentes das empresas do setor de consumo cíclico e não cíclico e proposta de fluxograma para o tratamento contábil dessas contingências. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 74, p. 14-23, jan./abr. 2019.
- TINOCO, J. E. P.; MORAES, P. B.; PELEIAS, I. R.; CLARO, J. A. C. S.; JOÃO, B. N. Estudo sobre a carga tributária de empresas brasileiras através da demonstração do valor adicionado (DVA) – período de 2005 a 2007. *Revista Ciências Administrativas*, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 84-111, jan./abr. 2011.
- VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.